

# IV ENCONTRO NACIONAL e X FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO

O fim do pensamento crítico reflexivo? A negação  
do humano e a banalização da teoria

09 A 11 DE AGOSTO DE 2017

Universidade Federal de Sergipe  
Campus São Cristóvão  
[engpect.wordpress.com.br](http://engpect.wordpress.com.br)

REALIZAÇÃO:  
**GPECT**  
Grupo de Pesquisa  
Estado, Capital, Trabalho

## A “QUESTÃO DO NEGRO”: UMA ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO RACIAL A PARTIR DE GUNNAR MYRDAL

Ana Paula Ribeiro Moreira  
UFSJ - [aninharimo@gmail.com](mailto:aninharimo@gmail.com)

Múcio Tosta Gonçalves  
DCECO UFSJ – [mucio@ufs.edu.br](mailto:mucio@ufs.edu.br)

**GT3 - Gênero, raça e classe social**

### RESUMO

O artigo apresenta uma resenha crítica da obra do economista sueco Karl Gunnar Myrdal (1898-1987) sobre os problemas da discriminação e da segregação racial. Escrito na década de 1940 e enfocando o problema tal como ele se manifestava nos Estados Unidos da América do Norte, o trabalho levanta algumas questões importantes para entender os referidos problemas, em especial no tocante à tese da causação circular, que supõe que o discurso “racista” cria e recria condições para sua perpetuação. Também são feitas algumas ilações em relação ao tratamento dado pelo autor para o caso brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segregação racial; Gunnar Myrdal; Causação circular.

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é o de analisar o argumento originalmente apresentado por Karl Gunnar Myrdal nos livros “*An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*”, de 1944, e “*O valor em teoria social*”, de 1965. O primeiro é considerado como uma importante contribuição no campo das ciências sociais, mais especificamente ao estudar o preconceito e a discriminação racial, o que o autor denomina de “a questão do negro”. O referido livro foi publicado a pedido da *Carnegie Corporation*, em 1938.

Apesar de se tratar de um estudo feito para a situação desses indivíduos nos Estados Unidos, o argumento que sustenta uma análise atual do referido texto é que ele ainda pode ser

usado como base para o estudo das desigualdades geradas pela discriminação dos negros. O presente artigo utilizará como referência, portanto, esse texto e uma versão posterior dele que foi publicada em português (MYRDAL, 1944; 1965).

Myrdal atentou para o fato que a análise científica deve ser feita deixando-se de lado os conceitos de certo e de errado. Para o autor, a questão do negro devia ser tratada como uma questão moral relativa a valorações em conflito - assim, buscou realizar uma análise *da moral* e não sobre moral. A análise feita por ele explicita o preconceito arraigado na sociedade norte americana - ainda que a proposta do autor é a de demonstrar os “dois lados da moeda” da questão da segregação.

## **2. O DILEMA NORTE AMERICANO**

A questão do dilema norte americano, segundo Myrdal, ocorre no conflito das suas próprias valorações, umas firmadas através das crenças e dos preceitos morais, e outras através do nacionalismo. Segundo Myrdal, para os brancos nos Estados Unidos, o indivíduo negro é uma “*ameaça*” para a estrutura da sociedade norte-americana. Na época em que a obra fora escrita – quase um século após a abolição da escravidão naquele país – ainda havia resistências em aceitar os negros e as negras como membros da nação norte americana, traduzidas sob as formas da discriminação e da segregação e legitimadas sob diversas práticas sociais e atos legais (MYRDAL, 1944; 1965).

Segundo o autor, contudo, essa constatação expõe uma contradição em relação aos preceitos morais estabelecidos nos Estados Unidos, os quais repreendem qualquer tipo de negação dos direitos civis, como a que ocorreu com os indivíduos negros. A questão inicialmente proposta por Myrdal é, portanto, exatamente essa: o conflito das valorações do indivíduo norte americano. Ainda para Myrdal, apesar dos problemas históricos, sociais e econômicos, a questão do negro nos EUA está essencialmente no dilema moral do norte americano, ou seja, para ele, é justamente esse conflito que dificulta a caracterização do preconceito como um entrave social (MYRDAL, 1944; 1965).

Para facilitar a visualização deste conflito de interesses, pode-se tomar como base a própria contradição da abolição da escravidão. Ora, neste caso, há certas diferenças entre “liberdade” e “igualdade”, ou seja, os dominadores brancos tornaram livres aqueles que escravizaram, mas não os fizeram pessoas iguais a eles, instituídas de direitos e reparadas econômica, social e psicologicamente da escravidão, bem como muitos indivíduos brancos não fizeram qualquer esforço para adequarem-se a uma nova realidade de conviverem com

cidadãos “livres”, enxergando negros e negras como seus semelhantes, dotados de direitos e de capacidades iguais (MYRDAL, 1944; 1965).

Dessa forma, pode-se dizer que a idéia dos norte-americanos brancos de que as pessoas negras são inferiores a eles se sobrepôs aos ideais de igualdade e liberdade propalados desde a independência nacional daquele país.

Pode-se argumentar também, nesse sentido, que a forma como no Brasil a sociedade lidou com a população negra após a abolição não foi diferente. No Brasil, o preconceito racial não foi abolido junto com a escravidão, ele está arraigado na sociedade brasileira; assim, como afirmam Jaccoud *et. al.* (2009):

A abolição tampouco significou o início da desconstrução dos valores associados às “designações de cor”. Ao contrário, não apenas se observou a continuidade de fenômenos do preconceito e da discriminação racial, como estes foram fortalecidos com a difusão das teses do chamado “racismo científico”. A adoção pela elite brasileira de uma “ideologia racial” teve início nos anos 1870, tendo se tornado plenamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920. A disseminação das teses racistas no Brasil e sua reconstrução na forma de ideologia racial ocorreram, no período final da escravidão, enquanto estava em curso o processo de adaptação da sociedade à mudança do *status* jurídico dos negros. A formulação e a consolidação da ideologia racista ocorridas neste período permitiram a naturalização das desigualdades raciais que foram, assim, reafirmadas em novo ambiente político e jurídico (JACCOUD *et. al.*, 2009, p. 262-263).

Dessa maneira, e justamente por estar arraigado na sociedade brasileira, o racismo torna-se velado, ou seja, de difícil percepção e reconhecimento, como afirma Moraes (2013).

Retomando o argumento de Myrdal (1944; 1965), ele observa que o preconceito era mais “*ameno*” em algumas regiões dos EUA do que em outras regiões - nas quais, segundo o autor, ele era fortemente disseminado até mesmo entre os próprios negros.

Para o autor, a nação norte americana possui um credo político explícito ligado ao senso de que seus indivíduos têm uma “*missão histórica*” e que, embora a Constituição tenha sido elaborada sob o medo da democracia e do povo, ela foi originada de forma a combater o espírito democrático da “Revolução Americana”, fazendo emergir o credo norte americano.

A questão do credo norte americano diz respeito às suas crenças mais antigas e tradicionais, e Myrdal afirma que uma das suas raízes históricas encontra-se no Iluminismo, com a sua crença na razão, na perfectibilidade do homem e na dotação de certos direitos naturais e inalienáveis. Do outro lado, há a raiz composta pelo cristianismo.

Isso permite entender que existe uma pluralidade de valorações coexistindo no pensamento norte americano e Myrdal expõe isso como uma forma de começar a

compreender a questão do negro nos EUA. A questão do direito natural parece aqui colocar em dúvida se é “certo” negar a outros indivíduos o direito natural mais básico: o da liberdade. Na tentativa de justificar tantos anos de escravidão e segregação dos negros, surgiu então o discurso religioso da “impureza” (MYRDAL, 1944; 1965).

Por isso Myrdal denuncia a hipocrisia existente na sociedade norte americana, que parece ser uma “*unidade cultural de uma nação de idealistas*” que sustenta sua moralidade apenas no discurso. Como o credo norte americano representa um tipo de “*consciência nacional*”, pode-se dizer então que este credo não é fixado e acabado: ele está em constante desenvolvimento. Isso dá margem para acreditar que exista a possibilidade de reverter mesmo aquelas crenças e aqueles valores mais profundos, como o preconceito racial. Ora, se o racismo é baseado num credo previamente fixado e inacabado, conseqüentemente carrega falhas na sua estrutura que podem posteriormente serem refutadas (MYRDAL, 1944; 1965).

Dessa maneira, segundo o autor, o negro é considerado um problema para o norte americano branco, pois coloca em conflito o *status* que lhe é conferido e os seus ideais. Ou seja, pode-se concluir que havia uma “*zona de conforto*” para o indivíduo branco enquanto ele não convivia diretamente com o indivíduo negro – isto é, enquanto negros e negras eram escravizados era como se “*nada podia ser feito a favor deles*” e quando ocorreu a abolição e brancos e negros passaram a ter, em tese, os mesmos direitos de igualdade e oportunidade, foi detonado um conflito moral de valorações e ideais. A crença da liberdade para todos foi desafiada: afinal, quem está englobado neste “*todos*”? (MYRDAL, 1944; 1965).

Uma definição de liberdade difere da outra, e no conflito entre distintas percepções, valorações e afirmações de uma determinada idéia, o ator que possui maior poder sobressai sobre os demais. Nesse sentido, Myrdal ressalta a importância do cientista social atentar para os valores e as valorizações, pois estas últimas afetam até mesmo a organização dos dados. Como argumenta Agatti (1977, p. 67), comentando Myrdal, “*o caos dos dados se organiza conforme as hipóteses que seguem perguntas as quais devem ser significativas*”, isto é, explicitamente formuladas.

Para Myrdal (1944; 1965), essas divergências de opiniões se relacionam com os diversos problemas norte-americanos. De fato, sob a perspectiva do constante desenvolvimento do que Myrdal chama de “*credo norte americano*”, o conflito de opiniões e pontos de vista pode ter sido benéfico para a construção de novos ideais, pois criou diversas óticas para um mesmo problema, dialeticamente.

Para Myrdal (1944; 1965) é importante essa discussão, pois, sob a ótica do credo norte americano, a questão do negro representa o atraso de um século na moralidade pública.

O autor ainda reconhece que, na prática, este problema está longe de encontrar uma solução, pois até o momento em que a obra fora escrita ainda não haviam sido concedidos aos negros nos EUA direitos civis e políticos elementares para a formação de uma democracia formal, nem mesmo o direito a ter as mesmas oportunidades para ganhar a vida.

Um ponto interessante ao qual Myrdal (1965) se atém é o fato de que as pessoas se esforçam para não deixar transparecer o conflito entre suas próprias valorações ao tentar justificar suas ações. De certo modo é importante observar esta afirmação, pois o que o autor pretende é afirmar que o ser humano sabe o que é o “*aceitável*” e o que é o “*não aceitável*” nas ações dentro da sociedade e que, ainda que haja um conflito dentro dele mesmo, ele tentará esconder aquilo que não condiz com suas ações, por mais que esses ideais existam e conflitem.

O autor argumenta que uma forma de combater valorações que geram o preconceito é garantir o acesso à educação - segundo ele, a educação nos fará melhores cidadãos até por que o estudo contínuo e a busca por conhecimento ajudam a modificar essas valorações, pois, de certo modo, retifica algumas crenças (MYRDAL, 1944; 1965).

Contudo, é possível discordar do autor uma vez que, apesar dos avanços científicos que colocam por terra a ideologia da supremacia da “raça” branca e apesar da ampliação do acesso à educação pelos pobres ao longo dos últimos cinquenta anos, a discriminação racial é disseminada na sociedade (inclusive e especialmente na brasileira), ou seja, a educação pode de fato ter um “poder transformador”, mas ela não consegue (ou ainda não conseguiu) cicatrizar as marcas mais profundas e históricas ocasionadas pela sociedade escravocrata. Nesse sentido, a educação deveria ser entendida como parte de um contexto reparatório que busca a democracia racial, mas que não é eficaz sozinha.

Outra possível solução para o racismo apontada por Myrdal é a luta por direitos de igualdade e liberdade por parte de brancos e negros que estão na mesma esfera social. Ainda segundo o autor, na visão dos cientistas sociais, este é um desafio.

Essa visão de Myrdal para um possível fim do racismo carrega em si um simplismo. A luta por direitos é de fato relevante para a conquista deles, mas essas lutas acontecem porque não há o reconhecimento da maioria branca em relação às necessidades da minoria negra. A “luta por direitos” civis e políticos, ou seja, a reação da população negra quanto à discriminação e à segregação é uma resposta ao silêncio dos indivíduos brancos confortáveis em seus privilégios (BENTO, 2002).

Segundo Myrdal, uma condição básica para expor uma opinião é o uso de valorações baseadas na honestidade, na lógica e na coerência. Porém, o próprio autor observa que a

maioria das opiniões se constitui de valorações ilógicas e em conflito. Este é um ponto chave da obra, pois o autor confere a isso um dos maiores pilares do preconceito racial. Sendo assim, ele afirma que as valorações e crenças comumente expressas geram motivos para o “agir” ou o “não agir”. Ou seja, as opiniões emitidas sem embasamento lógico e racional dão margem e justificam ações preconceituosas. Isso atinge tal dimensão que, para Myrdal, as valorações expressas dificilmente serão silenciadas permanentemente e, mesmo submersas, elas não deixam de influenciar o comportamento real (MYRDAL, 1944; 1965).

Desse modo, Myrdal (1965) ressalta que as crenças e as valorações possuem uma interdependência mútua, ou seja, existe uma crença por trás de uma valoração e uma valoração por trás de uma crença. Assim sendo, quando algumas crenças são derrubadas torna-se necessário reajustar as “*hierarquias de valor*”.

O autor ora resenhado ainda explica que o preconceito é como uma norma mais específica. Ou seja, enquanto as normas gerais socialmente criadas, compartilhadas e postas em efetivamente uso recebem sanção moral e são consideradas aceitáveis e de comum acordo, as normas específicas, dentre as quais se encaixa o preconceito, são aquelas não aprovadas em comum acordo, mas que ainda assim existem. Este é um ponto interessante colocado por Myrdal, pois atitudes racistas causam desaprovação na sociedade se estiverem “*visíveis*”. Por isso o racismo “*invisível*”, tal como observado por Myrdal, deve ser compreendido como uma “*norma específica*” – já que sustenta um conjunto de práticas sociais que inferiorizam, subestimam e segregam negros e negras (MYRDAL, 1965).

Distintos problemas históricos, sociais e econômicos estão diretamente ligados à desigualdade racial, pois ela advém de processos históricos de escravização, se sustenta na dificuldade de inserção do indivíduo negro na sociedade e se perpetua nos problemas econômicos daí gerados. Isso, de certa forma, parece estar coligado à teoria da causação circular proposta por Myrdal (1944; 1965) e que será tratada posteriormente neste artigo.

Myrdal percebeu que para a opinião pública comum branca nos EUA, à época em que ele escreveu o texto analisado, a “questão” dos negros teria sido resolvida com a abolição e para eles essa convicção era o bastante, pois supostamente nem os próprios negros desejariam mudança. Segundo o autor essas opiniões são estereotipadas e constituem uma espécie de “fuga” que geralmente aparece nas questões inter-raciais (MYRDAL, 1944; 1965).

Nesse sentido, concordar com os brancos que negam a existência do preconceito racial seria uma forma de autodefesa dos negros, pois mesmo aqueles negros que ascenderam socialmente estão sob a sanção de um representante branco (MYRDAL, 1944; 1965).

Ao tentar explicar sobre a tal “fuga”, ponto crucial para o desenvolvimento da obra, Myrdal relata sua própria experiência num debate entre brancos sobre a questão do negro. Segundo o autor, houve a negação de que existe um problema em relação ao negro e que a situação já atingira um equilíbrio estático que deveria ser mantido. Este equilíbrio, explica o autor, seria mantido pela crença na potencialidade inferior do negro e da superioridade dominante do branco. Neste debate, relatado por Myrdal, ele confronta esses argumentos afirmando que as oportunidades educacionais para o indivíduo negro não são as mesmas para o indivíduo branco e que, caso esse quadro fosse melhorado para os negros isso poderia mudar positivamente a vida deles em diversos aspectos. Dessa forma, ainda segundo o autor, ficaria difícil manter os negros em “*seus lugares*” e logo tornar-se-ia obsoleto negar-lhes o direito a voto por analfabetismo (MYRDAL, 1965).

Como dito anteriormente, para Myrdal, existe certa resistência a mudanças para algumas pessoas e elas tentam manter seus próprios conflitos de valoração sob controle. Em outras palavras pode-se dizer que as pessoas desejam sempre se manter na sua “*zona de conforto*” sem conflitos e sem mudanças. Isso parece uma forma de explicar por que o preconceito racial acontece, já que ele parece ser uma reação à dificuldade de conviver com o que é diferente e de aceitá-lo como parte do meio em que se vive (MYRDAL, 1965, p. 135).

Myrdal (1965) afirma ser difícil quantificar as ações gerais do senso comum sobre a questão do negro por este não ser um campo muito valorizado. Além disso, ele ressalta que a crença das pessoas não projeta somente sobre seus próprios conhecimentos, mas a inteira estrutura da sua esfera de valorações. Por isso, julga importante quantificar o conhecimento e a ignorância das pessoas quanto a assuntos controversos (MYRDAL, 1965, p. 137).

Desse modo, o autor explica que há uma carga emocional de valorações em conflito que pede pela racionalização. Nesse sentido, o indivíduo cria “*pontos cegos*” para determinadas situações enquanto cria o interesse de conhecimento em outros pontos. Isso, para Myrdal, causa um “*desvio da verdade*”, pois o indivíduo tende a arranjar suas valorações de um modo que ele consiga torná-las aceitáveis (MYRDAL, 1965).

O ponto chave da questão proposta por Myrdal já começa a se explicitar nesta parte. Segundo ele, criara-se a idéia de que negros levavam um padrão de vida mais baixo e que por isso, poderiam receber salários menores, contrariando assim os princípios básicos de igualdade da Constituição. Dessa forma, acrescenta o autor, a idéia de que os negros já estavam em pé de igualdade com os brancos dificultava ainda mais a superação do racismo, uma vez que “(...) *As pessoas, geralmente, ficam treinadas em sacrificar a verdade, o*

*realismo e a precisão em prol de uma harmonia superficial em cada situação social*” (MYRDAL, 1965, p. 163).

Para o autor, a maioria das pessoas trata do preconceito como algo externo a elas, o que é uma forma de se evitar a questão. O autor atenta que isso acontece com frequência na imprensa que trata o negro como se ele não fizesse parte da população e usa de piadas para dizer o que não poderia ser dito explicitamente devido às inibições morais. Dessa forma, Myrdal explica que o objetivo da imprensa em satirizar a população negra é o de agradar brancos reforçando a sua superioridade (MYRDAL, 1944; 1965).

Se essa dimensão da análise for aplicada ao Brasil, pode-se notar que o racismo está implícito no tratamento “maquiado” e “justificado” dado pelo humor, tal como afirma Ribeiro (2015), que indica diversos exemplos de *blackface* comumente usados por comediantes brasileiros a fim de criarem o “humor” em cima de estereótipos racistas.

Uma das questões mais relevantes levantadas por Myrdal é a importância dada por ele à distinção entre as opiniões pessoais e as opiniões políticas. Para o autor este é um ponto primordial na busca por soluções para a questão do negro.

Myrdal ressalta que nos EUA, à época em que escreveu sobre o tema, muitas pessoas estariam dispostas a modificar suas relações para com o negro se isso se tornasse regra na sociedade, ou seja, concordariam em mudar o seu próprio comportamento se fossem obrigados a fazê-lo como parte de um comprometimento de toda a sociedade.

Na análise de Myrdal, poucos norte-americanos eram contra a igualdade racial, mas aqueles que se mostravam a favor desejavam que esse processo ocorresse em um futuro distante – o que o levou a acreditar que fosse decorrência da falta de interesse das pessoas em mudarem seus comportamentos. Essa lacuna entre o pensar e o agir, segundo o autor, é irracional, pois há uma defesa de um comportamento ainda que estatisticamente ele não seja aprovado (MYRDAL, 1944; 1965).

Na questão que envolve os indivíduos negros que alcançam certa posição sócio profissional elevada na sociedade, Myrdal explica que eles deveriam defender o interesse daqueles negros que não alcançaram tal posição e que este é um papel social importante do qual eles não podem abrir mão, pois, nas palavras do autor: “*O gênio negro está aprisionado pela questão do negro*” (MYRDAL, 1965, p. 145). Essa idéia relaciona-se com o fato que é fundamental que os negros construam sua própria liderança e representatividade.

Myrdal faz uma comparação da questão do negro com a relação estabelecida entre brancos e judeus nos EUA. Segundo ele, o preconceito para com judeus vai até quando esses judeus conseguem cumprir as expectativas dos norte-americanos. Quanto ao preconceito para



com o negro o autor explica que os negros constroem toda a sua existência social e econômica na base da segregação do seu povo, como uma resposta aos ditames da sociedade branca; assim é que: “(...) *negros da classe alta são deixados livres para ganhar sua vida e reputação na água represada da discriminação, porém, não são livres para entrar na corrente principal do rio*” (MYRDAL, 1965, p. 147).

Pode-se afirmar então que, como explica o referido autor, judeus nos Estados Unidos agem livremente para “*ganhar a vida*”, ainda que sofram preconceitos, e negros, ainda que livres, sentem o preconceito de norte-americanos e imigrantes brancos agindo de forma a impedir o desenvolvimento social, econômico, educacional etc., do seu povo.

Para o autor, a questão do negro não pode ser tratada como um dentre os demais problemas de todas as minorias. Myrdal afirma ainda que negros pobres são ainda mais oprimidos e excluídos do sistema segregatório. Ou seja, além de racismo, negros pobres sofrem, ainda, discriminação social (MYRDAL, 1944; 1965).

É nesse sentido que se pode compreender a abordagem que Myrdal faz do pensamento norte americano sobre a miscigenação, na forma do casamento inter-racial. O homem branco nos EUA considerava, segundo o autor, que esta forma de união era uma ameaça à “*pureza racial*” e, assim, o fruto de uma relação inter-racial deveria ser para o americano branco tão relegado quanto o próprio negro (MYRDAL, 1944; 1965).

As relações inter-raciais toleradas, ainda que consideradas “*ilícitas*”, eram as estabelecidas entre homens brancos e mulheres negras. Quanto aos negros e negras, Myrdal acrescenta que eles também são contra relacionamentos inter-raciais, mas o autor acredita que essa concordância tenha vindo apenas como uma reação à doutrina dos brancos.

Myrdal argumenta que a questão das relações inter-raciais era tão forte quanto a das relações de gênero. Entretanto, no caso das mulheres negras, isso é ainda mais grave, pois elas sofrem, além do racismo dos indivíduos brancos, o machismo dos homens brancos e negros, como afirma Carneiro (2003). Ou seja, dentro das próprias classificações de gênero, existe o componente da “*raça*” e esta faz toda a diferença. Assim, para que o gênero possa ser tratado como uma questão homogênea, é necessária grande mobilidade social, em que homens negros estejam em pé de igualdade com homens brancos e mulheres negras em pé de igualdade com mulheres brancas (CARNEIRO, 2003).

As mulheres norte americanas, segundo Myrdal, eram destituídas de muitos direitos civis, políticos, educacionais, sociais e econômicos. Assim, Myrdal expõe que, desde o começo, a luta dos escravos negros esteve ligada à luta pela emancipação das mulheres.

As mulheres sufragistas receberam do movimento abolicionista sua educação política. Muitas delas começaram sua carreira política pregando a emancipação do negro e apenas mais tarde vieram a lutar pelos direitos das mulheres. O movimento feminista recrutou grande parte de seus adeptos como resultado de sua filiação com os abolicionistas (...) O direito de voto não havia sido conferido às mulheres até recentemente. Ainda agora, em todos os países, a mulher tem dificuldade em atingir os cargos públicos. Tal como se dá com os negros, existem certas “ocupações das mulheres”. Estas, geralmente, acarretam baixos salários e poucas oportunidades de promoção: Os sindicatos evitam a competição das mulheres, a qual, como a dos negros, tem sido particularmente temida devido aos baixos salários por que as mulheres estão dispostas a trabalhar, exatamente em vista das poucas alternativas de oportunidades que contam (MYRDAL, 1965, p. 239-240).

Para o autor, essa recusa da amalgamação atinge também a população branca pobre e socialmente insegura, de modo que existiriam certos componentes da doutrina “*anti-amalgamação*”, a saber: a preservação da pureza racial; a rejeição da igualdade social com o intuito de evitar a miscigenação; e a segregação em diversos setores da sociedade.

Essa doutrina “*anti-amalgamacionista*”, segundo Myrdal, é uma primeira visão geral segundo a qual os próprios indivíduos brancos reconhecem uma “*ordem hierárquica das discriminações pelo homem branco*”, dividida em seis escalões (MYRDAL, 1965).

O primeiro escalão, já citado, é a proibição do casamento inter-racial; o segundo se refere ao comportamento nas relações pessoais, que é mais propriamente a negação da igualdade social; o terceiro é a segregação no que diz respeito o acesso a equipamentos e a facilidades públicas; o quarto diz respeito à privação de direitos políticos; o quinto se refere às discriminações em tribunais, na polícia e serviços públicos; e, por fim, o último escalão está relacionado ao provimento de terras, créditos, empregos e demais recursos ligados à qualidade e à manutenção da vida.

Myrdal admite que esses escalões foram produzidos a partir de uma observação própria da relação do branco com o negro. Ainda assim, o autor afirma que na relação do negro com o branco essa ordem de discriminação é similar, só que em ordem inversa, pois, para a população negra seria mais grave o preconceito existente na concessão de empregos do que quanto ao casamento inter-racial, é mais importante que ele tenha direito a voto do que que ele possa entrar na casa dos brancos pela porta da frente (MYRDAL, 1944; 1965).

O autor afirma que a exclusão dos negros e das negras dos espaços públicos e também do convívio social pela população branca fez com que os primeiros se revoltassem contra a discriminação racial, pois são esses níveis que causam o “*entrave*” do desenvolvimento econômico, social, educacional, político, do padrão de vida etc., da população negra.

Discutindo as terminologias usadas para identificar o indivíduo negro, Myrdal (1965) argumenta que o conceito de casta é mais adequado do que o de raça (que tem conotações biológicas e genéticas) e do que o de classe (que implica noções de inferioridade e de superioridade) para compreender a questão do negro.

Nesse ponto da análise que realizou, o autor retoma o tema do “credo norte americano” e afirma que este não luta por igualdade de compensações sociais e econômicas, mas clama que, independentemente da “*sorte*” e da “*capacidade*” do indivíduo, deve haver igualdade de oportunidade por meio de uma competição livre, uma vez que todos os indivíduos também são livres. Assim, acrescenta Myrdal, a desigualdade, ainda que decorrente dessa “*livre competição*” seria aceita (MYRDAL, 1944; 1965).

Desse modo, o autor introduziu a hipótese que nos EUA as diferenças podem ter resultado da ausência de algum tipo de integração social provocada pela crença na livre competição. Assim, as classes “inferiores” teriam sido, nas palavras de Myrdal, “*restringidas em sua busca pela felicidade*” para que as castas “*superiores*” gozassem de privilégios.

Myrdal afirma que muitos acreditavam que não havia um problema racial, e sim um problema de classe, visto que havia brancos igualmente pobres como os negros. Isto, para o autor, configura uma espécie de fuga, apoiada na idéia marxista de luta de classes e esquece toda uma privação de direitos aos negros pelo fato de não serem brancos.

Isto tudo, explicita Myrdal, compõe o “*dilema norte americano*”. O autor revela que o estudo da questão do negro em comparação ao problema de outras minorias é válido, tanto na análise das similaridades quanto na das dissimilaridades. Para Myrdal, os EUA não são apenas o país do indivíduo branco, mas mais especificamente do homem nortista branco, rico e protestante (MYRDAL, 1944; 1965).

### **3. SOBRE A CAUSAÇÃO CIRCULAR E CUMULATIVA**

Myrdal defende a idéia de que a questão do negro deve ser tratada abrangendo diversos aspectos da vida humana, pois diz respeito a muitas questões sociais. No século XIX, segundo o autor, a questão do negro envolvia somente a dimensão do acesso aos direitos civis; com o *New Deal*, a responsabilidade perante a população negra tomou maior dimensão, envolvendo, além de direitos civis, questões sociais, de bem-estar, de qualidade de vida etc. (MYRDAL, 1965).

Myrdal formula assim uma hipótese relativa a uma espécie de causação dinâmica, chamada pelo autor de “*princípio de acumulação*” ou de “*círculo vicioso*”, teoria essa que pode ser aplicada à análise de diversas relações sociais. Segundo o autor:

Através deste inquérito, presumiremos uma interdependência geral entre todos os fatores da questão do Negro. O preconceito e a discriminação do branco retém o Negro nos baixos níveis de padrão de vida, saúde, educação, maneiras e moral. Isto, por sua vez, dá apoio ao preconceito do branco. Assim, o preconceito do branco e os padrões do negro são “causas” mútuas. Se as coisas permanecem como são e têm sido, isto significa que as duas forças se equilibram. Contudo, uma tal “acomodação” estática é inteiramente acidental. Se um ou outro dos fatores muda, isto causará mudança também no outro e se desencadeará um processo de interação em que a mudança de um será continuamente reforçada pela reação do outro. Todo o sistema se estará movendo na direção da primeira mudança, mas de modo muito mais intenso. É isto que definimos como causação cumulativa. Se, por exemplo, presumimos que por alguma razão o preconceito do branco poderá ser diminuído e a discriminação atenuada, isto provavelmente conduzirá a uma elevação nos padrões do Negro, o que por sua vez poderá diminuir um pouco mais o preconceito do branco que, de novo, permitirá uma elevação dos padrões do Negro e, assim por diante, através de mútua interação (MYRDAL, 1965, p. 242-243).

O autor afirma que até mesmo o avanço na educação, especialmente no conhecimento em biologia, poderia contribuir para combater o preconceito racial dos brancos para com os negros derrubando teorias falaciosas da inferioridade destes últimos.

Myrdal acredita que este princípio cumulativo atue ativamente na mudança social e prova que existe uma unidade de inter-relação entre o poder político da população negra e seus direitos civis e demais oportunidades relacionadas à qualidade de vida. Em contraposição, o autor afirma que existe a dificuldade de obter apoio político para uma mudança repentina de apenas um fator. Isso se deve ao fato de que existe uma teoria que menciona a existência de um fator predominante, também chamado de “*fator econômico*”.

Discutindo a questão do negro através da dinâmica da causação social, o autor afirma que as condições e as oportunidades desses indivíduos ganharem a vida são peças realmente importantes para o seu bem-estar.

Myrdal trata o problema da discriminação do indivíduo negro que, quando não tem o emprego negado, encontra ocupação em empregos mais vulneráveis, como sendo um possível “fator econômico”, uma vez que a baixa qualidade de vida, alimentada pela falta ou pela precariedade do trabalho, é mantida e se mantém pela discriminação e pelo preconceito do branco. Entretanto, para o autor, é difícil definir um fator principal gerador de toda a questão

do negro, uma vez que: “*Num sistema interdependente de causação dinâmica, não há uma ‘causa primária’, pois tudo é causa de tudo o mais*” (MYRDAL, 1965, p. 245).

Esse conjunto de fatores econômicos, também chamados de panaceias pelo autor, encoraja ideologias reformistas, pois a magnitude do resultado das reformas praticadas é bem maior que os custos e os esforços dessas reformas. Nas palavras de Myrdal (1965, p. 246): “[...] *No final, o custo da elevação do status do Negro pode não envolver qualquer ‘custo real’ para a sociedade, mas ao contrário, resultar em grandes ‘lucros sociais’ e reais poupanças para a sociedade*”.

Myrdal afirma que os fatores que operam do lado do branco no sistema de causação circular estão agrupados no “*preconceito racial*”. Para sustentar tal afirmação, Myrdal compara a região Sul e Norte dos EUA. De acordo com a análise feita por ele, se um nortista se mudar para o Sul (onde o racismo é fortemente difundido) ele rapidamente absorverá o preconceito mais aguçado dessa região; mais interessante ainda, segundo o autor, é observar o inverso, se um sulista se mudar para o Norte (onde existe racismo, mas também existe certo avanço quanto aos direitos civis dos negros) ele não só manterá seu preconceito inalterado como tentará convencer os brancos nortistas de que o racismo dele é correto (MYRDAL, 1944; 1965).

Myrdal (1965) alerta que em quase todas as pesquisas é essencial usar o conceito de equilíbrio, pois ele está implícito em todas as construções sociológicas, e no estudo da causação circular, não seria diferente. Mas existem diversos tipos de equilíbrio e em uma relação social eles não são estáveis. Em momento algum, salienta o autor, pode-se supor que o sistema será estático, pois ele opera em constante movimento se ajustando, se desajustando ou se acomodando, ou seja, o sistema está sempre sujeito a impulsos de fora, por intermédio de todas as suas variáveis.

O autor reconhece que em seu esquema hipotético pode haver certa acumulação de forças e admite que na Economia vários tipos de equilíbrio são de grande importância, sendo o princípio da acumulação algo aproximado da teoria de dinâmica econômica:

Tomando a questão do negro em seu aspecto mais abstrato, construímos um modelo mental muito simplificado de causação social dinâmica. Presumiremos, nesta sociedade modelo de nossa imaginação, uma maioria branca e uma minoria negra. Presumiremos, ademais, que a inter-relação entre os dois grupos seja em parte determinada por um grau específico de “preconceito racial” do lado dos brancos, dirigido contra os negros. Presumimos que o “plano de vida” dos negros seja consideravelmente inferior ao dos brancos. Tomamos, como dada, uma relação mútua entre as nossas duas variáveis e presumimos que a mesma seja de tal tipo que, de um

lado, o plano de vida dos negros seja mantido baixo pela discriminação da parte dos brancos, enquanto que, de outro lado, a razão para a discriminação dos brancos depende, em parte, do plano de vida dos negros. A pobreza, ignorância, superstição, as favelas, as deficiências de saúde, a sujeira na aparência, a conduta desordenada, o mau cheiro e a criminalidade dos negros estimulam e alimentam a antipatia dos brancos para com eles. Presumimos, em prol da simplicidade, que a sociedade, em nosso modelo abstrato, esteja inicialmente em “balanço”. Com isto significamos que as condições são estáticas, que as duas variáveis contra-atuam exatamente uma à outra: há – sob essas condições estáticas – justamente o preconceito suficiente da parte dos brancos para manter o plano de vida do Negro a um nível que sustém o grau específico do preconceito e *vice versa* (MYRDAL, 1965, p. 254-255).

Myrdal deixa claro que essa causação circular é composta por elementos inversamente proporcionais: assim, se o preconceito do branco para com o negro aumenta, o padrão de vida do negro cai e se o inverso acontece, as reações também são inversas (MYRDAL, 1944; 1965).

Para o autor, o “*plano de vida*” do negro é complexo, e está assentado sobre diversos elementos interligados: educação, saúde, habitação, emprego, salário etc. Assim, explica Myrdal (1965), se nos empregos dos indivíduos negros houver um aumento de salário, este aumento impactará diretamente nos outros elementos que compõem o seu padrão de vida.

Desse modo, e por ser uma dinâmica de causação, Myrdal afirma que qualquer impulso, em qualquer dos fatores inter-relacionados, colocará a hipótese em movimento, seja no sentido de melhorar ou de piorar a vida do indivíduo negro em diferentes velocidades.

Dessa forma, ao voltar na questão do preconceito, Myrdal afirma que ele também não é estático, pois se modifica conforme a situação, muitas vezes apoiado em crenças e valorizações. Dessa forma, o autor compreende que o sistema é complexo e que, além disso, existe o elemento “tempo”, sendo importante observar as evoluções a curto e longo prazo, especialmente na questão do preconceito. Assim, Myrdal afirma que nesse sistema não existirá um fator determinante, todos os fatores agirão de forma igualmente impactantes na dinâmica de causação circular.

Essas obras foram escritas por um estrangeiro nos EUA, o que de alguma forma pode ter contaminado a percepção do autor, dada a complexa disputa entre os defensores da supremacia branca e os defensores da resistência das comunidades negras. Por isso mesmo Myrdal argumenta conclusivamente que “(...) *O sistema teórico de causação social dinâmica que selecionamos corresponde mais estreitamente às ideias de senso-comum do homem prático do que a apreensão da realidade contradiz nos escritos científicos sobre a questão*

do Negro”, e são os “cidadãos médios bem intencionados de ambas as cores” que provavelmente a aplicarão mais pragmaticamente.

#### 4. CONCLUSÃO

A obra de Gunnar Myrdal permite questionar “zonas de conforto” e privilégios dentro da sociedade brasileira. Mesmo sendo escrita sobre a situação do negro nos Estados Unidos, é necessário lembrar que pode-se enxergar semelhança na discriminação, segregação e exclusão de negros e negras no Brasil, o que se deve ao fato de que o racismo não tem fronteiras: ele é excludente e violento em qualquer parte do mundo.

A tentativa do autor em construir possíveis soluções para o que na obra examinada ele chama de “a questão do negro” mostra que o caminho para a democracia racial é mais complexo do que se pode imaginar. Mais do que desenvolvimento educacional e luta por direitos, a superação do racismo é tangível a partir do reconhecimento da sua existência.

As ideologias racistas podem ter sido uma força motriz da marginalização das negras e dos negros. A discriminação racial aqui discutida é uma realidade na vida dessa população e contribui para dificultar a mobilidade social destes indivíduos. No Brasil, a abolição da escravatura decorreu de intenções políticas que não incluíram os negros e as negras. Assim, dispensar esses indivíduos acreditando que a “liberdade” jurídica seria o bastante para torná-los iguais significou colocar em marcha um processo mal concebido de “inclusão”.

Essa é uma engrenagem de um círculo vicioso e cumulativo de racismo *versus* um processo que poderia ser virtuoso, pautado na promoção da qualidade de vida, da empregabilidade, do acesso à escolaridade e do fim da pobreza. O racismo gerado e consolidado pela escravidão dificultou e ainda dificulta a mobilidade social de negros e negras o que, por sua vez, alimenta a discriminação racial.

#### 5. REFERÊNCIAS

AGATTI, Antônio Paschoal Rodolpho. **Os valores e os fatos**. São Paulo: IBRASA, 1977.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. CARONE, Iray; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, Vol. 17, n. 49, pp. 117-132, 2003.

JACCOUD, L. et. al. Igualdade racial. TABOZA, C.; FAGUNDES, J.; OKI, F. **Entre o racismo e a desigualdade**. Brasília: IPEA, 2009.

MORAES, F. **No país do racismo institucional**: dez anos de ações do GT racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MYRDAL, Gunnar. **An American Dilemma**: The Negro Problem and Modern Democracy. New York: Harper & Brothers, 1944.

\_\_\_\_\_ **O Valor em Teoria Social**. São Paulo: Editora da USP, 1965.

RIBEIRO, S. O “Humor” Brasileiro é uma Tragédia Racial. **Geledés: Instituto da Mulher Negra**, [s.l.], ago. 2015. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/o-humor-brasileiro-e-uma-tragedia-racial/#gs.QEL1vk>>. Acesso em 27 de novembro de 2016.